

Imagem, território e memória

Fotografia e História

Boris Kossoy

São Paulo: Editora Ateliê Editora,
2001, 173p.

Em seu livro, *Fotografia e História*, na 3ª edição revisada e ampliada, Boris Kossoy aborda a questão da fotografia e da memória em sete capítulos: a) *Fotografia e História* focaliza o impacto da imagem junto a sociedade; b) *Fundamentos teóricos* se detém na tentativa de estabelecer um conjunto de princípios que possibilitem a reflexão da temática; c) *Fontes fotográficas e os estudos históricos* procura classificar e definir as vertentes das fontes de investigação histórica; d) *Fontes geográficas e a recuperação das informações: metodologia da pesquisa* propõe um modelo de investigação analítico; e) *Iconologia: caminhos da interpretação* trata da interpretação do conteúdo da imagem; f) *História da fotografia: metodologias da abordagem* é dedicado à história da fotografia; e g) *Fotografia e memória* retoma a discussão teórica a fim de demonstrar a real importância da fotografia com documento histórico.

Ao longo da obra, o autor procura demonstrar a relevância do material fotográfico dentro de uma perspectiva técnica, científica e multidisciplinar, uma vez que a fotografia, uma fonte de informação, interessa a diversas áreas do conhecimento que abordam a relação espaço-tempo como instrumento de análise da transformação da sociedade.

A fotografia, ao ser um registro

momentâneo de uma cena, não significa que deva ser vista como uma verdade absoluta, pois o enquadramento da imagem pode induzir a interpretações equivocadas, bem como guardar em si uma intencionalidade, quando foi obtida por um fotógrafo.

Entretanto, a reconstrução histórica dificilmente alcançará a verdadeira significação se estiver desvinculada do contexto a que se refere como econômico, social, político, cultural, estético e tecnológico, até porque o significado imaterial da imagem passa a ter sentido no momento em que há conhecimento e compreensão dos elos da cadeia de fatos ausentes da imagem. Tal visão é reafirmada por Bauer em *Introducción al estudio de la Historia*, de 1970, quando afirma que a história é uma corrente única e ninguém pode pretender um conhecimento histórico se colocar diante dos olhos apenas parte do rio, no caso a fotografia, que apresenta múltiplas significações.

Talvez por isso a fotografia tenha sido pouco explorada dentro das ciências humanas ao longo do século XX, mesmo com o avanço da técnica fotográfica que possibilitou a difusão e o acesso das imagens a uma maior contingente populacional, transformando o mundo em uma caixinha portátil, capaz de ser transportado pelo bolso para qualquer lugar, a todo e qualquer instante, o que nos transforma em uma civilização da imagem. Todavia, o mesmo fragmento da realidade gravado pela fotografia continua representando a marca de um tempo passado, e, portanto, a perpetuação de um momento, em outras palavras, a memória.

Apesar dos óbices, o exercício

da reconstrução, é um esforço de representação do que fora vivido. Ou melhor, a história não é um exercício de repetir as histórias, mas de reinterpretar e dar luz a elementos obscurecidos e desvalorizados a partir da contrar-representação da população não dominante.

Nesse contexto, Marc Bloch, em *Introdução à História*, de 1974, afirma que o passado é, por definição, um dado que coisa nenhuma pode mudar, mas o conhecimento do passado é algo em progresso, que, ininterruptamente, se transforma e se aperfeiçoa, potencializando um revigoramento dos estudos sobre a paisagem e suas transformações por meio de suas marcas registradas em imagens fotográficas.

Tanto assim que a valorização da fotografia como documento histórico ocorre na medida em que há uma ampliação do conceito de documento, permitindo exercer uma releitura da memória, não apenas circunscrita às lembranças de indivíduos, mas de lugares, paisagem, culturas, entre outras possibilidades até recentemente tão negligenciada pela academia e, mais especificamente, pelas ciências humanas.

O investimento neste tipo de estudo visa a contribuir para preencher uma grande lacuna e possibilitar uma melhor compreensão dos conflitos sociais e ambientais sobre o espaço politicamente administrado, simbolicamente territorializado e afetivamente apropriado. Este é um momento em que a população mundial vive a impressão de estar vivendo uma globalização, que repercute em um modo de vida ocidental pasteurizado, que avançou sobre lugares de culturas milenares, modificando-as e quase que induzindo-as

a se manifestar de uma forma semelhante à vida moderna do ocidente.

A fotografia nesse sentido serve como uma porta para reativar a memória coletiva das particularidades dos lugares que a diferenciam do entorno. Neste quadro, o conceito de memória coletiva torna-se fundamental para a análise antropológica, principalmente de grupos em mobilidade, como os negros africanos trazidos para a América, que têm a infra-estrutura material de suas sociedades extintas. Portanto, ao se reterritorializarem buscam reconstruir suas crenças no contexto do mundo escravocrata.

Os mecanismos de memória coletiva lhes permitem recuperar as lembranças do esquecimento. Mas para isso é preciso que os grupos construam nichos no seio dos quais a lembrança possa sobreviver. Um novo território é redesenhado, no qual a identidade é preservada. A ocupação do espaço para se elaborar a identidade pressupõe a criação de um lugar. Este, por sua vez, é confeccionado pelas relações que as sociedades humanas estabelecem com o ambiente expressas pela atribuição de valores e significados a certos elementos que estão presentes na paisagem e pelo uso de categorias culturais para classificar estes elementos

Esta opção de realizar uma releitura do passado encontra em Le Goff, em sua obra *Memória*, de 1985, uma justificativa interessante, que perpassa não pela linha do saudosismo, mas sim pela descrença do futuro a partir dos acontecimentos ao longo do século XX, que minaram a fé obstinada no porvir, apesar dos inegáveis avanços tecnológicos, que, embora procurem criar uma sensação de instantaneidade e homogeneidade entre

os lugares, através dos meios de comunicação, como observa Santos, em seu livro *Técnica, Espaço e Tempo*, de 1994, vem dando estímulos para que cada lugar, na busca de sobrevivência e de individualidade, procure se diferenciar o mais possível dos demais. Em outras palavras, a tendência à abolição do lugar como singularidade reforça justamente a busca desta última.

Em suma, o presente trabalho mostra a possibilidade de agregar o estudo das transformações do espaço, não apenas pelo que transparece nas imagens, mas cria condições de melhor compreensão dos fatos invisíveis, quando contextualizados ao cenário da época. Nesse sentido, é recomendável a leitura para os iniciantes e interessados pela temática da fotografia e das transformações do espaço, pois alimenta a discussão teórica e esclarece que nem tudo o que se vê é o que parece.

Edson Soares Fialho

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa

Fazendo e divulgando ciência

Díálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas

Cristiane de Magalhães Porto
Antonio Marcos Pereira Brotas
Simone Terezinha Bortoliero
(organizadores)
Prefácio de Carlos Vogt
Salvador, EDUFBA, 2011, 240p.

A ciência adquiriu imprescindível

centralidade e peso na modernidade, e saber lidar com ela, acompanhar sua trajetória e contribuições é desafio constante. A constituição de uma cultura científica passa, de alguma maneira, pelos meios de comunicação e cultura e outras formas de divulgação científica, que contribuem, ou devem contribuir, para a popularização do conhecimento científico e tecnológico, com suas implicações estratégicas para o desenvolvimento nacional e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. E essa relação entre a ciência e sua divulgação é o objeto do livro *Díálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas*, que, organizado por Cristiane de Magalhães Porto, Antonio Marcos Pereira Brotas e Simone Terezinha Bortoliero, vem da Bahia, mais precisamente da Edufba, a Editora da Universidade Federal da Bahia. A obra apresenta 11 artigos de autores que se debruçam sobre as especificidades dessa relação. Traz também prefácio importante de Carlos Vogt, ex-reitor da Unicamp, poeta e homem da área de estudos da ciência e da divulgação científica.

Discutir ciência e sua divulgação, nos dias atuais, não é ocioso, é necessidade até de cidadania. É imperativo que a ciência se divulgue, como forma igualmente de uma prestação de contas à sociedade. Assim, se faz pertinente e interessante a observação que Carlos Vogt faz no prefácio, alçada à epígrafe da edição desta Revista de Ciências Humanas, sobre o conhecimento científico ser tratado e vivenciado como o futebol, ou seja, que ele esteja no dia a dia das pessoas, com entendimentos diferenciados.

A cobertura midiática e jornalística,

contudo, nem sempre tem acompanhado os imperativos do momento, de tirar a ciência de certa redoma, de desvanecer certo mistério que a cerca, de propiciar um acompanhamento mais concreto e abrangente, de desmascarar jogos de interesses pessoais e políticos em torno de projetos e políticas científicas, de buscar incentivar a participação do público nos debates de políticas científicas e de inserir o cidadão numa cultura científica que só tem crescido nos últimos tempos. O que se vê no Brasil é, no mais das vezes, uma cobertura burocrática da ciência, que se centra na divulgação de resultados de uma pesquisa ou de um evento científico. E isso pode ser observado inclusive em órgãos de universidades, portanto, de instituições científicas. Muitas vezes em instituições que têm estrutura comunicativa considerável, com jornais, revistas, televisão, rádio e internet.

Vê-se uma postura de divulgação de produtos e eventos de pesquisa como marketing, como propaganda, sem nenhuma preocupação de fato com a ciência como parte de uma cultura mais abrangente, que tenha que ver com seus usuários. Nesse enfoque, a ciência não deixa de ser algo distante, complexo, entendível só por especialistas, e que a divulgação só a mastiga com termos que seriam de compreensão mais geral, macaqueando sua cara externa, mas sempre mantendo a sua aura distante e misteriosa, longe, muito longe, de discutir os jogos de interesses e poder que a permeiam.

É como aponta no livro ora em causa Antonio Marcos Pereira Brotas, numa perspectiva crítica que também

se apoia em outro autor da mesma obra, Wilson Costa Bueno, de não se associar “o jornalismo científico à mera exaltação do progresso científico e tecnológico, por defender que esta associação elimina a capacidade de crítica do jornalismo, simplifica-o e converte os jornalistas em meros divulgadores de uma ciência e tecnologia como salvadoras da humanidade.” Contudo, essa aproximação acrítica e de exaltação, centrada só na divulgação dos resultados positivos é a praxe. As versões, os conflitos e o contraditório são excluídos da cobertura jornalística da ciência.

Carlos Vogt, em seu nada burocrático prefácio “De ciências, divulgação, futebol e bem-estar cultural”, dá ênfase à cultura científica e apresenta seu conceito da espiral da cultura científica, referida também em pelo menos dois dos artigos no livro. Reproduzimos a espiral (página seguinte), conceito sintético formulado, explica o autor, como forma de entender a aquisição da cultura científica com origem na produção e difusão de ciências entre cientistas.

Nesta espiral, dividida em quadrantes, a divulgação científica está na ponta, mas há uma alimentação contínua entre as partes. Detalhe a observar é que os periódicos técnico-científicos e acadêmicos e outras formas de difusão aparentadas estão no primeiro quadrante, na parte da produção e difusão de ciência, porque há diferenças entre a difusão e a divulgação científica, esta como parte daquela.

Leituras contemporâneas

Diálogos busca discutir o jornalismo científico e seus caminhos. Alguns arti-



gos são resultados de pesquisa na área, em que são apresentados os dados do campo abrangido, observações e sugestões de atuação. Como diz no prefácio Carlos Vogt, “os textos reunidos em *Diálogo entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas* fazem parte desse esforço de conversão que busca contribuir para pensar as interfaces da ciência e da divulgação científica no mundo contemporâneo, fomentando a construção e a discussão da cultura científica na Bahia, no Brasil, e, indo além, no mundo como um todo, passando pelo espaço ibero-americano do conhecimento”.

No primeiro artigo do livro, Graça Caldas, em “Mídia e políticas públicas para a comunicação da ciência”, levanta algumas críticas à prática de divulgação científica, observando que é fundamental uma reflexão crítica sobre o

papel da mídia neste processo e uma reflexão sobre as relações de poder que envolvem a produção científica. A autora se reporta a uma pesquisa de percepção pública da ciência que estudou 62 jornais brasileiros para tecer considerações sobre o cenário atual. Conclui que praticamente não existem registros sobre o contraditório nas notícias de divulgação científica, predominando uma visão da mídia sobre divulgação científica como meramente burocrática, como divulgação do resultado de uma pesquisa ou de um evento científico.

A autora enfatiza que a melhor estratégia é a construção coletiva do conhecimento no processo de divulgação científica, em que jornalistas e pesquisadores de todas as áreas possam atuar em parceria em consideração do interesse público.

No artigo “A ciência no telejornalismo brasileiro: a compreensão das matérias de CT&I pelo público”, de Audre Cristina Alberguini, é enfocado estudo sobre telejornais brasileiros na cobertura jornalística na área, com a técnica de grupos focais, em que estudantes de jornalismo e funcionários de uma empresa responderam sobre as notícias de divulgação científica veiculadas. A conclusão é que os telespectadores têm interesse em matérias de CT&I, independentemente da instrução ou nível socioeconômico.

Já “As fontes comprometidas no jornalismo científico”, de Wilson Costa Bueno, trata das fontes que respaldam a cobertura da ciência, tecnologia e inovação. Para ele, cuja tese de doutorado em comunicação foi sobre o jornalismo científico no Brasil, os jornalistas do setor ficam reféns das fontes, até porque a formação do jornalista científico no Brasil é tímida e precária nas universidades. Costa Bueno observa também que as fontes podem estar contaminadas pelos seus interesses, tanto científicos quanto políticos e sociais, e deplora que muitos jornalistas ignorem a relação promíscua entre ciência e poder, ciência e capital, que é cada vez maior.

Simone Bortoliero e Graça Caldas, em “A (in)visibilidade da pesquisa científica sobre bioetanol na mídia brasileira”, analisando a pesquisa sobre bioetanol em instituições no Brasil e tendo participado de eventos científicos sobre energias renováveis, chegam à conclusão de que o discurso científico não teve o mesmo peso que o discurso político sobre energias renováveis na mídia nacional.

Cristiane de Magalhães Porto, em “Um olhar sobre a definição de cultura e de cultura científica”, faz uma rápida incursão pela definição de cultura, para levantar aspectos da cultura científica, ainda abordando alguns pontos sobre conhecimento científico e ciência. Vale-se, também, com adaptação, da espiral da cultura científica de Carlos Vogt, para mostrar que por meio da espiral a ciência pode se disseminar e se tornar cultura científica. Para a autora, a divulgação científica é um meio de democratizar o conhecimento sobre ciência: “Trata-se de um meio de levar ao público, em geral, fatos científicos e os pressupostos em que eles estão sedimentados para investigação do fato e para a produção do conhecimento acerca dele.”

No “Jornalismo científico em tempo de controvérsia”, Antonio Marcos Pereira Brotas também trata da cultura científica, trabalhando com autores que discutem o conceito, contrastando as visões distintas no campo. Ele também se vale da espiral da cultura científica de Vogt. Nesta perspectiva, aborda a difusão da ciência e o jornalismo científico. Conclui que, na realidade de controvérsias e incertezas, de debate público da ciência, da participação dos cidadãos nas polêmicas acerca da ciência e da tecnologia, o jornalista científico deve abandonar a cobertura entusiasmada da ciência e da tecnologia e se colocar também como parte dessa realidade, fazendo valer suas funções de informante, intérprete, além de estimular a participação pública na ciência.

Na discussão estabelecida em “Células-tronco: considerações sobre o regime de verdade e o regime de

esperança”, Lara Maria de Almeida Souza trata de atitudes na área de medicina sobre novas descobertas e tratamentos sob os dois regimes — de verdade e de esperança — duas lógicas em tensão, em que o regime de esperança se caracteriza pela visão de que novos tratamentos estão sempre a surgir e irromper no mundo, estando marcados pela confiança nas promessas de cura miraculosa para doenças severas. A autora descreve o regime de verdade como caracterizado em um investimento no que é positivamente conhecido e recusa a aposta irrestrita naquilo que ainda é promessa. E se refere a algumas coberturas que refletem uma ou outra das posições para discutir uma questão específica: como os regimes de verdade e de esperança se enfrentam na controvérsia ética acerca das células-tronco?

Maria Ligia Rangel e Graciela Natansohn, em “Comunicação e saúde: sob o signo da tuberculose”, abordam dados e tratamento da tuberculose em Salvador-Bahia, enfocando pesquisa de comunicação na área para analisar a relação das ciências da saúde com a comunicação. Discutem como a mídia cobre o campo da saúde, como fala da doença, neste caso a tuberculose, como constrói sentidos sobre ela, seu tratamento e prevenção, e a reprodução de noções estigmatizantes acerca da doença.

Em outro artigo que trata de um tema concreto, alimentos funcionais, Fernando Lima Santos discute como a mídia faz sua cobertura a respeito em “Os alimentos funcionais na mídia: quem paga a conta?”, para recomendar no final que os jornalistas trabalhem

com a ótica da promoção e proteção da alimentação saudável em comum acordo com profissionais da saúde e cientistas.

Já Claudia Sisan faz uma fraca abordagem sobre as composições musicais de Gilberto Gil em suas referências à ciência e tecnologia, que também as divulgaria em seu cancionário, no artigo “A arkhé de Gilberto Gil, um mensageiro de ciência”.

No último artigo, “A ciência não é só dos cientistas”, Djalma Thürler se refere basicamente às possibilidades do teatro na divulgação científica, no que ele chama de diálogo profícuo entre Ciência e Arte. Trata de projeto encarnado pelo núcleo Arte Ciência no Palco, participante da Cooperativa Paulista de Teatro, que, há 15 anos, se dedica a fazer teatro pensando no homem e na sociedade com a lente da ciência, fazendo um processo investigativo da relação entre a arte e a ciência.

Em *Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas*, não há homogeneidade, os artigos apresentam altos e baixos, mas no geral é uma proveitosa aproximação da temática, discutindo ciência e comunicação nessa interface da divulgação científica, numa imbricação cada vez mais necessária. Os jornalistas da área e os interessados na discussão da ciência e seu estatuto na sociedade atual deveriam lê-lo com atenção.

Elson Rezende de Mello

Jornalista